

# ***PROPOSTAS FNE PARA O TRIÊNIO 2022/2025***

***Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro***

O movimento sindical dos engenheiros, considerado hoje um dos mais fortes e organizados de trabalhadores de nível superior existentes no País, tem sido identificado pela sociedade politizada como autêntico representante da categoria e excelente e competente formador de opinião.

A categoria dos engenheiros vem ocupando nos últimos anos um imenso espaço no mercado de trabalho, que permeia quase todas as atividades técnicas e especializadas nos campos da organização, administração, economia, engenharia, tecnologia e inovação. Do ponto de vista trabalhista, o Brasil necessita formar mais engenheiros para suprir o mercado de trabalho com mão de obra qualificada que dê sustentação aos projetos nacionais de políticas desenvolvimentistas, com alta tecnologia e alto grau de sustentabilidade.

A Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), entidade que representa nacionalmente 18 sindicatos estaduais de engenheiros no Brasil, luta de forma incansável pela união dos profissionais. As reivindicações dos engenheiros sempre esbarram em legislação específica que regula a carreira profissional do setor tecnológico. Assim, a FNE, sempre que necessário, transita nas esferas políticas, executivas e legislativas estaduais e federais de uma forma consistente, séria e digna. Tal esforço vislumbra os interesses coletivos dos profissionais e as metas de qualidade de vida para o povo brasileiro.

Não poderia ser diferente. Os engenheiros militantes da FNE sempre se relacionaram com o Brasil com reciprocidade de respeito, dignidade e, principalmente, mostrando a maturidade das instituições que os representam, particularmente no que se refere às propostas de crescimento e modernização.

Em defesa do crescimento e desenvolvimento do País, a FNE criou, em 2006 o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e, desde então, vem trabalhando para ajudar, com debates e apresentação de propostas, que tenham estabilidade, sustentando um crescimento real, consciente, indubitavelmente forte o bastante para que, em pouco tempo, nos levasse a ocupar novamente um lugar de destaque no ranking da economia mundial.

O projeto “Cresce Brasil” apresentou-se como um marco fundamental para ratificação das metas e objetivos propostos pela direção da FNE. Após o país atravessar o desafio da superação de uma crise econômica mundial, que sacudiu grandes mercados, inclusive o dos Estados Unidos, uma nova onda de crises econômicas, dessa vez em países Europeus, lançam incertezas em economias que se encontravam estabilizadas, dentre elas o Brasil; além da crise agravada pela pandemia da Covid-19.

Juros, instabilidade monetária, desequilíbrio de importações e exportações, são alguns tópicos de assuntos que passaram a fazer parte novamente de nosso cotidiano. Patrões e empregados começam a unificar seus discursos em busca de uma nova modelagem econômica que possa garantir níveis sustentáveis de crescimento para nossa economia, agora totalmente afetada pela influência das formas de trabalho, especialmente do home office provocado pela Covid-19.

Temos uma nova crise para superar. É preciso empunhar e agitar novamente a bandeira do crescimento sustentável. Caso não abracemos essa causa, correremos o risco de sermos engolidos também por uma nova grande crise econômica mundial. A FNE precisa imediatamente reeditar o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e, a partir de tal documento, trazer à tona um novo aprendizado e novas experiências que servirão de embasamento para um novo ciclo de políticas públicas, com tecnologia e crescimento sustentável.

Embora o cenário acima seja descrito dentro de uma visão de otimismo, a realidade trabalhista, para os engenheiros, não é proporcional a tal otimismo. Setores econômicos tentam se aproveitar das incertezas do mercado para retirar direitos dos trabalhadores. Torna-se imprescindível neste momento, em que a credibilidade alcançada pela FNE é colocada mais uma vez à disposição de nosso país, e com o apoio dos engenheiros, que de uma forma madura e embasada pela realidade dos fatos, comprovamos que ataques absurdos a direitos trabalhistas só virão a conturbar um quadro que deve ser balizado pela razão.

Integrar as ideias da FNE às lutas gerais dos trabalhadores do setor tecnológico e da sociedade será um desafio permanente. É neste momento oportuno que devemos pautar, como forma de superar obstáculos e atingir nossas metas, um novo mandato de engenheiros íntegros e comprometidos com a categoria à frente da FNE. O financiamento do movimento sindical brasileiro e, conseqüentemente, o financiamento dos Sindicatos de Engenheiros, torna-se imperativo, até mesmo para o início da discussão de um novo modelo sindical.

Enfim, é justamente neste sentido que o atual Presidente, junto a diretores, incentivados e apoiados por seus sindicatos estaduais, vem propor mais que um novo mandato de três anos: a continuação de um trabalho iniciado e que deve ser continuado de forma saudável para o bem da categoria dos engenheiros e da classe tecnológica brasileira.

É dentro de um espírito corporativo sadio e de um conceito moderno de organização sindical que se propõem as seguintes linhas de ação para a continuidade da Federação Nacional dos Engenheiros, que continuará valorizando temas pertinentes de representatividade nacional, controle rigoroso dos recursos financeiros, patrimonial e principalmente a valorização profissional da categoria.

Seguem objetivos que permanecerão valorizadas para a manutenção de mais uma gestão administrativa para o próximo mandato da FNE:

- 1) Defesa da representação negocial dos engenheiros, como categoria, contrapondo-se a todas as iniciativas que visem à pluralidade de representação sindical, à desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas;
- 2) Fortalecimento da FNE e de sua existência – por meio de sindicatos filiados - em todo o território nacional;
- 3) Criação de um sistema integrado de acompanhamento das negociações salariais;
- 4) Campanhas de sindicalização adaptadas às diversas realidades regionais, setoriais, empresariais e profissionais, com a adoção de estímulos especiais de marketing;
- 5) Incentivo aos Sindicatos filiados para que criem categorias de pré-associados, reservadas aos estudantes, e realização de campanhas específicas voltadas aos centros de ensino, às universidades e aos centros acadêmicos;

- 6) Qualificação permanente dos diretores, associados, ativistas sindicais e profissionais engenheiros, em torno dos temas gerais dos programas de cada sindicato; cursos de negociação e de organização de campanhas;
- 7) Cronograma de atividades associativas, festivas e outras que congreguem os profissionais;
- 8) Manifestação pública permanente das opiniões da FNE, acerca de grandes temas e projetos de interesse nacional, em especial quando repercute fortemente na categoria dos engenheiros;
- 9) Luta por manutenção das legítimas fontes de receita sindical, desde que originadas dos próprios trabalhadores;
- 10) Buscar pela diversificação e ampliação das receitas sindicais, tornando-as independentes das atividades de negociações coletivas;
- 11) Adoção de iniciativas que atendam a necessidades abrangentes dos engenheiros, sob a forma de assistência e serviços - podendo ou não ser remuneradas, pelo menos em parte, pelos usuários ou interessados;
- 12) Gestão econômica dos recursos sindicais, com definição criteriosa de prioridades e metas, dentro de um plano de execução orçamentária;
- 13) Defesa da atual estrutura sindical constitucional, que se fundamenta na unicidade sindical na base (por categoria, no limite mínimo dos municípios) e a pluralidade na cúpula;
- 14) Fortalecimento das iniciativas intersindicais entre os trabalhadores, em particular as intersindicais formadas por profissionais liberais que negociam salários, condições de trabalho e jornadas, e que assinam acordos e convenções abrangentes;
- 15) Desenvolvimento de projetos e programas bi ou multilaterais, englobando interesses de várias profissões que levem em consideração:
  - a reforma tributária com redução da carga tributária das pessoas físicas em especial do Imposto de Renda;
  - a construção de um índice nacional de custo de vida do "profissional liberal";
  - a qualificação profissional;
  - ações integradas junto às escolas e universidades;
- 16) Defesa intransigente da não partidarização da estrutura sindical.



Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro